

CULTURA / CRÍTICA DE LIVROS

Duarte Belo: a procura de um país /premium ★★★★★

"Caminhar Oblíquo" é um roteiro solitário que o fotógrafo traçou entre Penedo Durão e o cabo da Roca, com um despojamento minimalista explícito.



Vasco Rosa Texto

02 ago 2020, 19:39



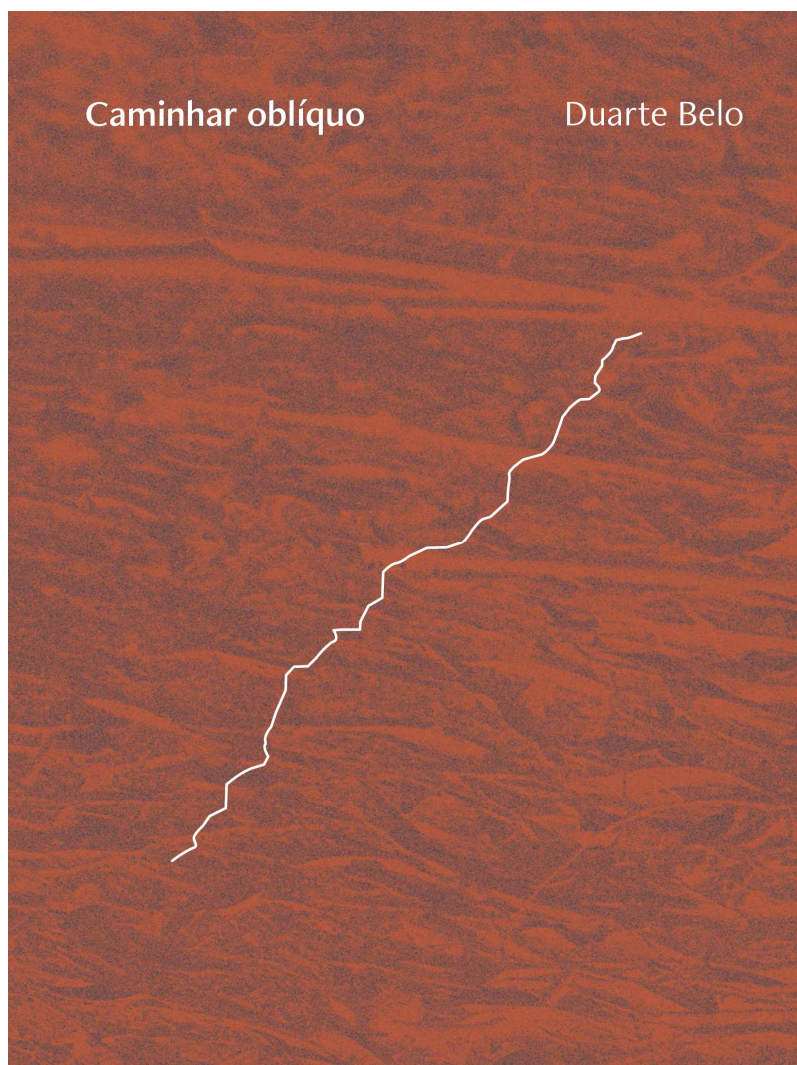
▲ A tenda do fotógrafo próximo de Alguber, Cadaval, ao fim do "dia mais duro de toda a caminhada".

Título: Caminhar Oblíquo

Autor: Duarte Belo

Editor: Museu da Paisagem

Páginas: 320, ilustradas



A capa de “Caminhar Oblíquo”

Duarte Belo (Lisboa, 1968) é autor de vasta obra fotográfica, com livros de referência como aquele que assinou com o historiador José Mattoso e a geógrafa Suzanne Daveau (*Portugal: o sabor da terra*, 1997), registando a paisagem rural portuguesa com uma fidelidade e inquirição sem rivais na sua geração. Noutro tipo de registos, fez quinze anos depois um singular exercício comparativo sobre o estado dos lugares entre um portfólio de Orlando Ribeiro dos anos 1950-60 e o que meio século depois ali foi encontrando (*Portugal: luz e sombra*, 2012), e ter isso em mente faz todo o sentido pois não há dúvida de que o co-autor de *Geografia de Portugal* — aliás, também um gigante da língua portuguesa — lhe serviu e serve de mentor para as suas incansáveis expedições pelo país. Num pequeno mas luminoso livro que lhe dedicou (Orlando Ribeiro, seguido de uma viagem breve à Serra da Estrela, 1999), Duarte Belo visitou em homenagem *post-mortem* a casa do geógrafo em Vale de Lobos e fotografou, entre mapas, arquivos e um ambiente austero e despojado, as velhas botas de couro do grande andarilho (também ele fotógrafo

prolixo, tardiamente re-conhecido — 10 mil fotografias à guarda do Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras de Lisboa), ícones dum esforço e duma devoção que então definitivamente chegavam ao fim.

Percorrer longas distâncias observando a par e passo aspectos naturais e humanos que de perto ou de longe a vista alcance, seguindo ou não o que orientam cartas militares ou outras, é ciência para uns e devaneio, passatempo ou terapia para outros. Mas como Duarte Belo escreve em páginas finais dum livro de 2014, a sua é uma “viagem ininterrupta” por “territórios em espera” (ou perda e abandono, suas palavras recorrentes) e por isso boa parte dos seus projectos escolhe zonas do território continental em evidência mas não pelas melhores razões. *A Linha do Tua* (Dafne, 2013) — provavelmente um dos seus melhores e mais oportunos trabalhos — é um exemplo claro da intervenção de um artista comprometido com o peso histórico da sua terra e o devir dela, mas o livro dedicado em 2005 à serra algarvia, fustigada por seca extrema e a desertificação demográfica, não o é menos.

Caminhar Oblíquo não tem essa marca tão incisiva, mas tem a curiosidade de ser um roteiro solitário entre Penedo Durão e o cabo da Roca, “longa diagonal [...] do centro de Portugal” (p. 8) desenhada “num horizonte de montanhas (p. 240) entre aquele vértice geodésico não longe de Freixo de Espada à Cinta, considerado “um farol-metáfora”, lugar de fronteira que “põe em diálogo mundos diferentes” (pp. 40, 41), e esta celebrada ponta avançada da costa continental. Duarte Belo decidiu percorrer a cumeada que como linha imaginária divide o país peninsular em duas influências climáticas, europeia e mediterrânica, atravessando essa “extensa crista montanhosa” (p. 261) tal e qual “o dorso de um imenso animal” (p. 85) “adormecido”, “que nos transporta, que nos imprime o movimento” (p. 98). Entre granito, xisto, calcáreo e algum quartzo, a incrível jornada de 503 km durou duas semanas a pé e mochila às costas por territórios “acentuadamente despovoados”, pois o interior do nosso país é “uma ilha em terra, uma paisagem proibida que ninguém ousa penetrar” (p. 130), “que ninguém quer conhecer” (p. 160). “Estar profundamente dentro e comprometido com a terra, com os lugares concretos que nos acolhem, que nos abrigam, que nos expõem a um clima duro. Este é o meu país” (p. 85), que o fotógrafo caminheiro quer habitar, “uma alegoria de espectros que transportamos connosco” (p. 204), num “limbo entre ciência, arte e poesia” (p. 244).

A “provação física” (p. 248), “a dureza continuada do movimento pedestre” (p. 113) — recorde de 46 km entre aurora e anoitecer —, a alimentação extremamente frugal — pão e maçãs —, o “acionamento acentuado” de água (p. 137), a bagagem de peregrino ou de soldado, todo um “movimento performativo” (curiosa expressão, p. 253) que produziu de 341 a 562 fotografias por dia, são os dados principais “desta viagem maior” (p. 125) sem comunicações de qualquer tipo, uma viagem “de conhecimento” (p. 129) e actualização de arquivo visual, tudo pensado e feito para “que a abstracção progressiva [...] conduza à viagem interminável” (p. 245), quer dizer, crie a sintonia ainda possível com a experiência dos primitivos caminheiros. Continuar — título duma secção final — a “atravessar planícies e florestas em trilhos desenhados por passos antigos” (p. 299). Pela primeira vez em

publicações deste autor, o despojamento minimalista é-nos explicitamente dado, e logo nas primeiras páginas, numa série de desenhos a tinta-da-china que se assemelham a negativos fotográficos muito contrastados, ou a polarizações, e pela referência à “roupa velha, sinal de pobreza”, para melhor “ir ao encontro [...] de uma natureza austera, avassaladora” (p. 13). A “beleza dura” da caminhada, quando “o movimento se comuta em força, luta, sobrevivência, respiração” (p. 249). Uma certa animalidade, até.

Suzanne Daveau escreveu um dia que Duarte Belo “preferiu sempre captar tudo aquilo que revelava uma permanência plurissecular” (*Portugal, o Sabor da Terra*, p. 13). Pelo seu lado, o fotógrafo lamenta-se agora, por exemplo, das “incontáveis torres eólicas” (p. 121), “essa outra realidade” (‘o nível de ruído impressiona’, p. 125), “uma praga, uma infestante” (p. 129) ou “floresta” (p. 160), “a interminável companhia das eólicas” (p. 139). “Esta é — escreve a p. 109 — a imagem de um país onde é cada vez mais difícil encontrar paisagens em que não esteja demasiado evidente a mão humana. Talvez estes espaços se restrinjam hoje a alguns troços do litoral escarpado, batidos pela força das marés vivas do inverno. São muito raros, no território hoje Portugal, pedaços de terra onde não estejam bem vincadas intervenções humanas”. (Ao ler isto, não pude deixar de pensar em amiga açoriana que de bom grado ajudaria o fotógrafo hipercontinentalizado a corrigir tal apreciação, levando-o a conhecer a sua “terra santa”, reserva da biosfera classificada em 2018... Não sou açoriano ou madeirense, mas pesa-me cada vez mais a evidência desta desconsideração habitual e antiga pelos ilhéus, esta subtil segregação inconsciente que um modo de falar simplificado instituiu no quotidiano de muitos.)

Embora reconhecendo virtudes na produção eólica de energia, Duarte Belo avisa-nos da forte e crescente presença desses “monstros que captam o vento e o transformam em energia eléctrica” (pp. 138, 139) e que, sobretudo no Norte, “não há, praticamente, horizonte que não esteja povoado de ‘ventoinhas’”. As centrais eólicas no topo das montanhas, diz, estão a cobrar-nos um preço “que não é baixo”, o da “uniformização da paisagem” (p. 128), outrora de “extrema variedade”, e que elas são talvez “apenas a prova de que o território não é pensado como um todo, e pensar como um todo é também tornar consciente uma cultura, a construção milenar de uma identidade, com os seus aspectos positivos ou negativos” (pp. 139-41). Entre estes, “a paisagem contemporânea, definida por gestos de liberdade”, é certo, mas “não raras vezes com uma tremenda falta de cultura arquitectónica, de sentido de espaço comunitário, noção de equilíbrio, de qualquer geometria que trace uma linha sensível e delicada” (p. 153). Todavia, não nos diz muito mais sobre esta matéria, talvez porque nem precise, pois a eloquente fealdade das cenas urbanas — Aldeia Nova, Avelar, Cercal, São Mamede, São Salvador, Fátima, e os condensados das pp. 268 e 278 — que registou ao longo do seu percurso fala por si, aqui e ali contraposta, aliás, pela singela elegância de antigos lugares de culto religioso, como a Cruz de Salvé Rainha, no Cadaval (p. 216), ou as capelas da Senhora do Socorro, em Torres Vedras (p. 227), e de Santo António da Neve, na Lousã (p. 138).

No meio de tudo isto, de repente surge o inesperado elogio das cidades como “fabulosas construções humanas” que “elevam o patamar do pensamento, a linguagem simbólica e a

tecnologia” (p. 181). O viajante que por vezes se defrontou com a iminente falta de água para beber, acaba o seu livro escrevendo que quando “chegamos a casa e abrimos uma torneira, percebemos, talvez, que a cidade é a mais magnífica construção humana” (p. 283): “Uma cidade é como a tabela periódica. Se nesta estão todos os elementos de que é feito o universo, nas cidades estão todas as formas de que é composta a nossa realidade, uma parte do futuro e a arte como invenção desse mesmo futuro” (pp. 184-85). Infelizmente, Duarte Belo não dá o passo — que seria lícito esperar — de nos dizer como julga vir a ser o futuro da ruralidade humana nesses grandes espaços livres, desde as mais altas cumeadas serranas, e suas grossas pedras, aos vales, com os seus bosques imersos em nevoeiro, e de tantos e tantos caminhos de pé posto de que tão belas imagens nos deu em todos os seus livros. Pretendendo “conhecimento máximo da terra mínima” (p. 293), o fotógrafo que é passeante mas não é filósofo diz que “a responsabilização dos gestos de cada um de nós terá de ser muito mais efectiva”, que “o tempo, com as condições geofísicas e climatéricas de cada momento, determinará a contínua e renovada reinvenção da vida” e que, “mesmo se nos conseguirmos aniquilar a nós próprios, é quase certo que a vida na Terra permanecerá” (p. 297)... Pode parecer pouco, mas está certo.